

ASOCIACIÓN AMIGOS DE LOS PAZOS

ACTAS

DEL

**I CONGRESO IBÉRICO
DE CASAS SOLARIEGAS**

Vigo y Ponte de Lima, 13 a 16 de noviembre de 2002

caixanova 

Edita:

Asociación Amigos de los Pazos

Coordinan:

Grato E. Amor Moreno

Juan Manuel López-Chaves Meléndez

Diseño cubierta:

Variografik, S.L. (Vigo)

Maquetación e impresión:

Artes Gráficas Vicus, S.A.L.

c/ Segovia, 19-Vigo

ISBN: 84-609-1603-0

Depósito Legal: VG-758-2004

PRESENTACIÓN

Coincidiendo con el XXX Aniversario de su nacimiento, la Asociación Amigos de los Pazos organizó el *I Encuentro Ibérico de Casas Solariegas*, evento que se celebró en Vigo y Ponte de Lima entre los días 13 y 16 de noviembre de 2002, y que fue posible gracias al patrocinio de **Caixanova**, la **Dirección Xeral de Turismo de la Xunta de Galicia** y el **Consortio de la Zona Franca de Vigo**.

También queremos manifestar nuestro agradecimiento a la **Câmara Municipal de Ponte de Lima**, en la persona de su Presidente, **D. Daniel Campelo**, quien desde un principio nos brindó su incondicional apoyo, corriendo con la organización de los actos de clausura que se celebraron en la capital miñota.

Así mismo, la Asociación Amigos de los Pazos quiere dejar constancia pública de su reconocimiento a **Caixanova**, que, con su apoyo institucional, ha hecho posible también la publicación de estas Actas.

Vigo, septiembre de 2004

AS TORRES DA REBOLEIRA

*José Ferrão Afonso e Sofia Thenaisie Coelho
Professores da Escola das Artes da UCP.*

Parte I

Progresso: o esplendor dos fidalgos-mercadores

1 - O SÍTIO

Em 1339 surge uma das primeiras menções documentais à portuense rua da Reboleira, cujo trajecto corre próximo e paralelo a uma pronunciada curva do Douro. Refere-se então que aí eram descarregados os barcos que transportavam o sal. A zona devia ser ainda de praia e penedia, pouco propícia à existência de habitações, por estar exposta à força das águas e das frequentes cheias⁽¹⁾. A muralha, que se tinha iniciado em 1334, viria a regularizar a frente fluvial, facilitando o desenvolvimento urbano do sítio. No exterior do muro e no extremo nascente da rua, construiu-se no início do século XV um cais fluvial, e dois postigos permitiam o acesso ao rio: a poente, o do Cais, a nascente, no extremo de uma estreita viela, o que em 1401 se chamava de «so as casas de Martim Pereira»⁽²⁾. Estavam lançadas as vias do desenvolvimento futuro da Reboleira, pois a muralha não separou a rua do rio: a sua importância mercantil foi mesmo potenciada com as novas estruturas portuárias. Esse foi um forte atractivo para a fixação aí das elites cidadinas.

Já referimos a existência em 1401 da casa de Martim Pereira, no extremo ocidental da rua. No mesmo ano e no seu outro extremo surge a casa do tabelião Vasco Pires⁽³⁾. Vasco Pires era parente do alcaide da Moeda Estevão Lourenço, que provavelmente lhe sucedeu na habitação⁽⁴⁾. Martim Pereira, Vasco Pires e Estevão Lourenço são personagens bem representativos do estrato social que, na época, habitou a rua ou nela tinha interesses: membros da elite cidadina dos homens-bons, ligados à mercancia e à administração municipal, que estarão na origem da oligarquia dos cidadãos. Estes, não pertencendo à nobreza de sangue - no Porto era ainda, nessa época, proibida a moradia de fidalgos - gozavam de alguns dos seus privilégios. Estevão Lourenço e Vasco Pires estão também associados a um novo tipo social: o funcionalismo régio, que se vai multiplicar no Porto a partir do reinado de D. João I.

A Moeda era uma das mais importantes instituições régias do Porto, criada nos finais do século XIV, próximo da rua da Reboleira, junto à Alfândega mandada construir por D. Afonso IV em 1325. A norte da Alfândega e da Casa da Moeda abriu-se uma das mais extraordinárias realizações do urbanismo medieval português, a rectilínea e larguíssima, para a época, Rua Nova ou Formosa (i.c. 1395). Na zona ribeirinha surge assim um novo centro urbano, gótico e ligado ao poder real, em oposição ao núcleo mais antigo e românico da morro da Penaventosa, onde se encontrava a Sé, o Paço Episcopal e todo um conjunto de equipamentos ligados ao senhorio do Bispo.

É nesse ambiente de expansão urbana que se integra a Reboleira, resultado provável da urbanização progressiva de um antigo caminho paralelo ao rio, que nesse troço se chamou Reboleira, noutro, mais a nascente, rua da Fonte Taurina, ainda num terceiro, para poente, rua dos Banhos. Caminhando ainda mais em direcção ao mar, depois de ultrapassada a Porta Nova, ou Nobre, situava-se o importante arrebalde de Miragaia, local de grande actividade fluvial, onde se encontravam as tarracenas, ou estaleiros de construção naval. A rua da Reboleira, integrada nesse conjunto orgânico, estreitamente ligado ao rio e às actividades dele dependentes, iniciou então o que seria um longo período de esplendor. Sinal disso foi o facto de, desde cedo, aí se terem erguido várias «casas-torres».

2 - A TORRE DESAPARECIDA

No Porto existem ainda duas casas-torre que são provavelmente dos finais do século XIII ou do início do seguinte e parece inquestionável que, numa fase mais antiga, as torres tenham pertencido a clérigos, os ainda então senhores do burgo. Com o dealbar do poder concelhio, a partir dos finais do século XIII, a situação tende a modificar-se. A nova elite cidadina vai querer construir para si torres similares às do clero e, sinal disso, é a proibição, referida nas Inquirições de 1339, da construção de casas de pedra com ameias sem a necessária licença episcopal.

Essa proibição pode ser sintoma de que, perante a contínua degradação do poder episcopal e a crescente afirmação dos homens-bons do Concelho, estes ousavam já erguer torres ameaçadas. É possível que, já antes da passagem do senhorio da cidade do bispo D. Gil Alma para o rei, em 1406, a elite laica do Porto levantasse as suas torres e ameias sem interferência episcopal.

Referimos na Reboleira a casa de Martim Pereira, homem-bom presente em várias sessões da Vereação entre 1390 e 1393⁽⁵⁾. Depois, essa casa pertenceu a Gonçalo Martins, outro homem ligado à Vereação. Significativamente, Gonçalo Martins foi também tesoureiro da Moeda⁽⁶⁾. Posteriormente, e durante algum tempo, não achei referência documental aos seus proprietários até que, em 1443, pertence a Álvaro Gonçalves da Maia, cavaleiro e vedor da Fazenda Real⁽⁷⁾, e o postigo que lhe ficava próximo, e que se tinha designado de Martim Pereira, passa a chamar-se de «postigo de Álvaro Gonçalves»⁽⁸⁾. O nome do postigo adapta o do proprietário da casa.

Esta foi demolida nos finais do século XIX⁽⁹⁾, mas uma gravura, datada de 1880⁽¹⁰⁾ mostra-nos que se tratava de uma casa-torre, rematada por merlões tronco-cónicos, e com uma moldura exterior abaixo da linha de ameias; sob esta, na fachada, abria-se um duplo correr de aberturas ogivais simétricas com arquivoltas decoradas. No piso inferior, as aberturas são, nos extremos, janelas de sacada e entre elas rasgou-se uma de peitoril. No piso superior, o esquema repete-se, mas as três aberturas são de peitoril. Uma outra abertura gótica, similar às do segundo piso, mas mais pequena, abre-se a poente, no

segundo nível, enquanto que, abaixo desta, outro vão com arco apontado, mas chão, surge emparedado.

O que nos surpreende imediatamente é o grande número de aberturas. As torres residenciais costumavam ser mais parcas de vãos, mantendo uma forte característica militar. As duas sacadas não são medievais, devendo datar, provavelmente, do século XIX, por razões que se explicam à frente. Para tal, é possível que tenham sido alterados as jambas, prolongando-as para baixo. Alguns fragmentos dos arcos das aberturas conservam-se ainda no Museu Nacional Soares dos Reis. Num deles, que parece ser mais antigo, os arranques de duas ogivas geminadas mostram várias arquivoltas, a central com decoração boleada, duas outras com um desenho de florões quase imperceptível dado o desgaste do granito de dente grosso. Outros fragmentos são de um tipo de granito diferente, de dente mais fino e a decoração é também diversa: desapareceu o friso boleado central, as esferas deslocaram-se para o centro de grandes florões com seis pétalas. Esta última decoração está muito melhor conservada e viva do que a do arranque dos arcos mencionado em primeiro lugar.

Os florões esculpidos em relevo são bastante comuns no século XV – na mesma rua da Reboleira e datando sensivelmente da mesma época existem ainda vestígios de um friso semelhante – mas é possível que, dado os diferentes tipos de granito e estado de conservação dos fragmentos, eles pertençam a cronologias muito diversas. Comparando a disposição dos florões, visíveis nas gravuras, aos dos fragmentos existentes no Museu, verificamos que os que possuem duas arquivoltas com decoração floral aparecem nas sacadas, aqueles que têm apenas uma arquivolta interior floreada surgem no piso superior, na fachada e na abertura poente.

Henrique Duarte e Sousa Reis, na sua descrição da torre, em 1865, diz-nos que esta tinha três pisos e uma sobreloja acima do primeiro. Neste, as aberturas eram «portas ou entradas» ao nível da rua, com padieiras circulares, em arco. Entre elas uma abertura pequena, também em arco, iluminava a sobreloja. Acima desta, a torre tinha mais dois sobrados, sem janelas («...rasgadas nem de sacada, nem de peitoril mas substituíram-nas dois arcos de pedra em cada andar formados sobre columnas da mesma matéria: estes arcos são lavrados em meias canas salientes...»). Prossegue referindo que os arcos se encontravam então «tapados de pedra e cal». Ou seja, entre as gravuras e a descrição de Sousa Reis existem alguma discrepância, no que se refere ao número de pisos e de aberturas. Para o memorialista, os arcos e columnas dos andares superiores seriam os de duas *loggias*, voltadas «para esta tão principal e antiga rua da Reboleira»⁽¹¹⁾.

Na gravura, a torre parece ter apenas dois pisos, o primeiro com sacadas que Sousa Reis afirmava inexistentes. O vão central também não é por ele mencionado, nem aí, nem no piso acima: a imagem mostra apenas os dois pisos superiores, mas, mesmo assim, entre a data em que Sousa Reis escreveu (1865) e a data da publicação inglesa ocorreram várias alterações. Uma outra imagem, desta vez uma fotografia, datada de 1862⁽¹²⁾ mostra-nos a zona posterior da torre: tem quatro pisos; piso térreo e três sobrados, uma sacada no primeiro sobrado, abrangendo duas aberturas e ainda janelas ogivais geminadas no último. As outras aberturas são rectangulares e dispostas de forma irregular. A clareza simétrica, visível na fachada voltada à Reboleira, é aqui inexistente, o que parece confirmar as muitas transformações ocorridas desde a edificação inicial.

Os merlões, a moldura abaixo deles, as aberturas e a sua decoração indicam uma data avançada do século XV; o mesmo tipo de merlões aparece, por exemplo, na torre de menagem do castelo de Beja e nos paços dos Duques de Cadaval em Évora, ambos quatrocentistas, e seriam utilizados, ainda durante o período manuelino, na torre de Belém.

As dimensões imponentes, mas extremamente proporcionadas da torre, o facto de pelo menos algumas das aberturas originais serem de boas dimensões e bastante decoradas reforçam essa datação. Apesar de muitas das casas-torre portuenses terem desaparecido, podemos afirmar sem receio de erro que esta é uma excepção, denotando uma muito avançada noção de «fachada», sinal de um oligarquia rica e cosmopolita, que mantinha contactos com outras zonas europeias, sobretudo do Norte, onde os seus construtores podem ter ido buscar inspiração.

3 - A TORRE APARENTE

Mas na rua existem, ainda hoje, outras casas-torre. A primeira, situada na esquina da rua do Outeirinho, com o número de polícia 57 a 61, era próxima da anterior⁽¹³⁾, e entre ela e o edifício vizinho, para poente, existiu um estreito espaço pois, no interior, esta torre mostra ainda uma abertura, hoje fechada, que para ele abria⁽¹⁴⁾. Nos finais do século XVI, a torre estava vinculada a uma capela do vizinho convento de S. Francisco, instituída por Leonarda ou Leonor de Figueiroa. Outros proprietários se lhe seguiram num curto espaço de tempo: Ana Carneiro, Ana Mendes, o irlandês Nicolau Comfort, ou Comfart, que a comprou em 1632. Posteriormente, pertenceu ao deão da Sé João Freire Antão, tio-avô de um dos personagens mais importantes do século XVIII portuense, o também deão da Sé Jerónimo de Noronha e Távora Leme e Cernache⁽¹⁵⁾.

Os Figueiroa surgem no Porto do século XV, associados a Miragaia e à actividade marítima, e cedo se unirão pelo casamento às mais importantes famílias da cidade, passando a fazer parte da elite dos cidadãos. A partir de meados do século XVI, como outras famílias portuenses contemporâneas, muitos deles pertencem já à nobreza de sangue, intitulando-se cavaleiros-fidalgos da Casa Real. Desde o século XV que a situação social da cidade tinha evoluído nesse sentido; à cidade trecentista dos homens-bons sucedeu, no século XV, uma sociedade pré-aristocrática, estreitamente ligada ao poder real. Essa modificação é visível na dependência crescente da Câmara, palco supremo da actividade dos cidadãos, em relação à Coroa. Com o século XVI, esse trajecto é finalizado e formalizado: em 1507, D. Manuel I aboliu um dos mais ciosos privilégios do burgo, a proibição dos fidalgos de habitarem. Curiosamente, o decreto real parece dirigir-se simultaneamente à nobreza rural que pretendia morar no Porto, e àqueles, mais numerosos, que sendo cidadãos, habitavam já o burgo e ansiavam pela nobilitação. Surge assim o fidalgo-burguês, caso dos Figueiroas quinhentistas que, apesar do seu recém-adquirido estatuto de nobreza, comercializaram com a Flandres e África, para além de terem ocupado cargos do funcionalismo real.

A origem burguesa de muitos dos fidalgos portuenses de Quinhentos pode explicar que, contrariamente às torres e casas nobres rurais (e algumas urbanas), muitas das suas congéneres do Porto sejam encaradas, sobretudo em época de crise como o início de Seiscentos, como um valor imobiliário transaccionável. Tal facto é mais documentado a partir do século XVI, mas é possível que ocorresse anteriormente. As torres da elite portuense não estiveram assim associadas ao carácter de perenidade, ao simbolismo, ligado à terra e à propriedade senhorial, que se encontra sobretudo nas suas similares rurais. Mesmo quando vinculadas a capelas, ou legados, como é o caso, a mudança de proprietários era frequente. Assim, não surpreende que os seus habitantes não fossem forçosamente aqueles: de facto, e pelo menos a partir do século XVII, esta torre esteve alugada, contando-se entre os inquilinos diversos mercadores, alguns deles estrangeiros. No caso presente, a procura de rentabilidade do imóvel pode ter levado, provavelmente

ainda durante o século XV – no interior existe uma parede divisória que, embora muito mexida, tem panos ainda provavelmente quatrocentistas – a que torre primitiva fosse dividida em duas habitações separadas.

A actual torre mantém um aspecto próximo do original: de planta aproximadamente quadrangular e dois pisos, é rematada por um conjunto de merlões que foram em parte postos a descoberto pela intervenção recente do CRUARB. No nível superior conserva-se ainda o sistema de escoamento de águas original; através de caleiras escavadas na pedra, a água era conduzida para quatro gárgulas independentes. Também alguns dos cachorros que suportavam as asnas do telhado de quatro águas existem ainda. Das aberturas originais apenas se conservam duas, na fachada nascente, sem qualquer tipo de decoração, ao contrário da torre vizinha atrás mencionada. Nessa mesma fachada abriu-se uma janela de sacada que pode ser ainda quinhentista ou do início do século XVII. As restantes, voltadas à Reboleira, são provavelmente dos finais do século XVII, inícios do XVIII. A diferença existente entre as aberturas corresponde à divisão da primitiva torre em duas habitações pela parede interior atrás referida; a nascente são convexas, mais ricas, do modelo que se designa «de beiço». Anteriormente à intervenção do CRUARB a torre, no seu corpo nascente, tinha mais um piso⁽¹⁶⁾, correspondendo a um aumento da área habitacional disponível e, conseqüentemente, a uma maior rentabilidade. Este piso suplementar tinha aberturas similares às dos pisos inferiores, pelo que o acrescento deve ser contemporâneo. Mas a torre também foi prolongada, nessa época, para a zona posterior: a cornija aí existente é seiscentista, bem como duas aberturas com chanfro no corpo poente⁽¹⁷⁾. No interior, e na sala da entrada do piso térreo, o arranque de uma escadaria em granito, mantida após a intervenção recente, deve ser também coevo. A anterior escadaria, em madeira, encontrava-se adossada à parede poente, como mostra a linha de concavidades para o seu suporte aberta nos silhares de granito.

A implantação da torre, numa curva do rio, zona de subsolo instável causado pelo constante movimento da corrente do Douro, provocou, provavelmente, um estado de ruína iminente durante o século XVII. O perigo deve ter originado a sua reforma: a modificação da maior parte das aberturas, o piso superior, a escadaria pétreas devem fazer parte dessa campanha, o acrescento nas traseiras, bem assim como a construção, no espaço que hoje serve de cave – a antiga e indispensável loja – de uma abóbada de canhão no corpo nascente, que consolidaria os alicerces e contribuiria para estabilizar o edifício. A obra, porém, não evitou que a torre tenha hoje uma pronunciada inclinação.

4 - A TORRE OCULTA

Um outro Figueiroa, João, morava em 1568 na rua da Reboleira e aí fez testamento. Nele se menciona a casa-torre em que habitava e em que tinha também vivido a sua falecida mulher Isabel Cunha. Era proprietário «herdade dízimo a Deus»⁽¹⁸⁾ de metade da torre, a outra metade era de Margarida Vieira, viúva do seu irmão António de Figueiroa. A torre tinha sido herdada por morte do pai de João de Figueiroa, também João de sua graça, e aquele, no testamento, deixa a sua metade a uma sobrinha, Leonor de Figueiroa (a mesma que vinculou a torre anterior): «para ella e seus filhos e todos os mais descendentes e herdeiros e por linha direita enquanto os homens que sejam da minha geração de Figueiroas e andarão sempre em filhos machos e mais velhos»⁽¹⁹⁾. Em 1663, porém, a casa pertencia a um flamengo, Arnaud Piper, instituidor de uma capela em S. Francisco que incluía o antigo legado de João de Figueiroa⁽²⁰⁾.

Nicolau Comfort, Arnaud Piper, são alguns dos numerosos estrangeiros do Porto seiscentista. A partir dos finais do século XVI, mas sobretudo do início do XVII e posteriormente às perseguições da Inquisição e consequente debandada dos cristãos-novos, acorreram à cidade uma série de mercadores oriundos do norte da Europa que vieram preencher o vazio deixado pela fuga, ou morte, dos judeus convertidos. Abre-se um novo ciclo na vida do Porto, posteriormente à crise económica que se prolongou desde os anos 20 até aos finais da Guerra da Restauração (1640-1668). Esses mercadores, que estarão ligados a um evento fundamental na economia portuense e portuguesa, a sedimentação progressiva do comércio e posterior criação da zona demarcada do vinho do Porto, vão ocupar a zona ribeirinha, e um genro de Arnaud Piper, o hamburguês Pedro Pedrossem (no original Peterson), sucedeu-lhe na administração das negócios e da capela de S. Francisco, tendo assim herdado a torre em que habitaria ⁽²¹⁾.

Pedro Pedrossem, porém, vai transformar profundamente a antiga torre: em 1688, um mestre pedreiro, Manuel Mendes, é contratado para fazer uma nova fachada, voltada ao rio, para a sua casa ⁽²²⁾. Essa fachada completava um invólucro para a obra medieval que se conserva ainda no interior do actual edifício (n.º de polícia 53-56), obra essa que não era formada por uma única habitação, mas duas, do século XV, separadas por uma viela que continuava a actual travessa do Outeirinho para poente. Ambas essas habitações eram torres; a que ficava a norte, de João de Figueiroa, estava voltada à rua da Reboleira, como se refere no século XVI ⁽²³⁾. Dela é ainda visível um pano de parede, embora bastante alterado, que faceava a viela, para além de alguns restos, também de aparelho medieval, no embasamento da fachada da rua da Reboleira. Os arcos aí existentes são posteriores mas, no que se situa a nascente, recorta-se ainda um florão gótico, quatrocentista, bastante similar aos que ornavam a torre que foi de Álvaro Gonçalves da Maia. Da torre sul, voltada ao rio, conservam-se ainda três aberturas góticas ao nível do piso térreo, uma aberta para poente, à actual travessa do Outeirinho, duas outras para a antiga viela que corria entre as habitações. Para além das aberturas, grandes panos de esteometria tardo-medieval são ainda visíveis no interior,

O contrato com Manuel Mendes indica que a fachada sobre o rio completava a casa de Pedrossem, que: «fabricava ora humas casas nesta dita rua da Reboleira». Mas ela não ocupou o mesmo local da sua antecessora medieval: avançou mais para sul, encostando-se à muralha ⁽²⁴⁾. Os vestígios dos arranques da antiga parede medieval são ainda visíveis na cave, bem assim como o primitivo cunhal SO: para consolidação das novas paredes, grandes arcos de descarga ergueram-se nas laterais, dois arcos apontados, dando entrada para a loja, reforçaram-nos e uma abertura na parede sul, hoje encerrada, devia abrir, através da muralha, para o rio.

O alçado sul que hoje podemos ver não termina na cornija em «papo de rolla» que o devia rematar, e que é mencionada no contrato de Manuel Mendes. Sobre a cornija ergueu-se mais um piso, que se prolonga por toda a fachada poente da casa. As sacadas da fachada sul devem ter sido também colocadas durante esta segunda campanha, sendo muito diversas, estilisticamente, das que se erguem no alçado da rua da Reboleira. Estas são também em «papo de rolla», mas de um modelo mais antigo, e os vãos possuem ainda molduras chanfradas, que aparecem, do mesmo modo, na extremidade da zona norte da fachada voltada ao Outeiro. Podemos pois deduzir que estas duas fachadas eram as da casa que Pedrossem construía em 1688, e que envolveu a torre norte.

Quando Manuel Mendes contratou a fachada posterior, uniu os dois edifícios medievais anteriores, fazendo desaparecer a viela. Mas deparou com um obstáculo: encostada a partir do cunhal da torre medieval, ainda perfeitamente visível do exterior, e na

direcção da muralha, existia uma habitação, hoje demolida ⁽²⁵⁾. Assim, na zona mais próximo do rio, a partir do cunhal referido, a fachada lateral não tem aberturas e apresenta uma estranha reentrância abaixo do último piso. A nova parede teve que inflectir para nascente, enquanto que o último piso, acima da linha das coberturas dessa casa preexistente, manteve o alinhamento correcto.

A obra desse piso superior sedimentou a união, e o tipo de sacadas na fachada sul, as cornijas, a cachorrada, os apainelados pertencem a uma tradição habitacional portuense que recua ao início do século XVIII. Mais raros são os frontões triangulares, com decoração vegetalista no tímpano, dois na fachadas poente, um na sul, mas de dimensões um tanto exíguas para a largura dos alçados. Todo esse conjunto pode ser contemporâneo das volutas e urnas barrocas que rematam os cunhais da fachada voltada à Reboleira, ladeando a linha de ameias, recordação da antiga torre medieval. Eles organizam-se com o óculo cego, também barroco, entre imaginativas aberturas neo-góticas, flanqueadas pelas duas grandes entradas com arcos apontados do piso térreo. Estas foram desenhadas a partir de preexistências, que o florão e o embasamento atrás referidos recordam: trata-se de uma precoce, mas não única no Porto, manifestação de neo-medievalismo.

No século seguinte a Ribeira portuense continuaria a gozar de um desenvolvimento comercial notável, devido sobretudo à exportação do vinho do Porto, e a Reboleira acompanhou esse progresso. A torre que fora de Pedrossem teve por essa época vários proprietários, tendo mesmo servido de hotel. Mas esse progresso trazia em si profundos sinais de mudança, provocando a primeira grande alteração urbanística ocorrida na zona desde a Idade Média: a construção de uma nova Alfândega, frente à praia de Miragaia, obrigou à abertura da Rua Nova da Alfândega, obedecendo a conceitos urbanísticos totalmente novos, que destruiria toda a antiga zona dos Banhos, a poente da Reboleira, e separou Miragaia do rio. O conjunto orgânico medieval, urbanístico, económico e social, foi ferido de morte. O antigo tecido urbano já não correspondia às necessidades do Porto. Aproxima-se o século XX e, com ele, uma deterioração, progressivamente acelerada, do centro ribeirinho em que a Reboleira se integrava.

Parte II

Decadência e recuperação: a reabilitação de um edifício como estratégia de reabilitação urbana

O problema do estado de abandono e de degradação do centro histórico do Porto terá início em finais do século XIX, inícios do século XX, quando a expansão de cidade se dá ora para nascente, com o surgimento do atravessamento da ponte ferroviária de Eiffel – a Ponte D. Maria sobre o Douro, e a consequente Estação de Campanhã –, ora para poente na direcção do mar, com a Avenida da Boavista. Já ao longo do século XVIII, a cidade começara a estender-se para norte do seu núcleo original através do projecto iluminista impulsionado por João de Almada e pela Junta das Obras Públicas, e que previa o alargamento e regularização de praças e ruas e a abertura de um novo eixo de expansão – a Rua do Almada, que partia da antiga Porta dos Lóios em direcção a Norte. Como se disse, junto ao rio, a construção do edifício da Alfândega do Porto dará origem a uma série de transformações que culminará com a demolição do casario que envolvia a zona da Igreja de S. Francisco, para permitir a abertura de uma larga via que unisse a

duzir um elevador e capacitar o edifício para pessoas com graus variados de mobilidade. Do programa constavam uma sala de estar com capacidade para todos os habitantes do Lar, uma sala de jantar e respectiva cozinha, um gabinete privado para a direcção, uma sala de reuniões, quartos para três habitantes, casas de banho, espaços de apoio com arrumos, gabinete médico e terraço em toda a cobertura como espaço de ar livre já que o edifício se encontra numa malha histórica medieval que não integra espaços de jardim.

Tratou-se portanto de uma operação arquitectónica complexa, já que extremamente condicionada pelos espaços medievais do edifício, sendo tanto quanto possível respeitadas as suas aberturas ao exterior. A complexidade do edifício acrescia que este tinha sofrido uma ampliação a toda a sua altura na fachada voltada a sul. Todo o espaço disponível foi integrado no projecto de reabilitação. Nos dois andares inferiores foram localizadas a sala de jantar e cozinha, abertos para a rua o que permitiria acessos facilitados para o fornecimento de provimentos, e a sala de estar e gabinete de direcção. Estas igualmente com abertura para a Rua da Reboleira através de portas e de um grande envidraçado fazendo a ligação do interior com o movimento de passagem e a luz do exterior. Todas as caixilharias de portas e janelas do edifício foram elaboradas com madeiras reaproveitadas das estruturas do interior do edifício – madeiras de óptima qualidade que ainda hoje se conservam em muito boas condições.

Nos andares superiores foram distribuídos os quartos e restantes espaços auxiliares, sendo a cobertura reservada ao gabinete médico e ao pátio exterior. Deste pátio é possível ter uma bela vista sobre o rio e da margem de Gaia, já que para isso foram demolidos os pisos e acrescentos não originais do edifício na sua frente, também este objecto de reabilitação. É em torno deste pátio que foram repostas as ameias que se encontravam integradas na construção das paredes, devolvendo ao edifício a sua fisionomia original. O Lar encontra-se hoje, passados mais de vinte anos – o projecto da autoria do Arquitecto António Moura data de 1979 – em pleno funcionamento, cumprindo a sua delicada função social estratégica num local como este. Apesar de apresentar alguns sinais de envelhecimento – seriam neste momento necessárias algumas obras de recuperação – o seu papel é fundamental na vida das populações e define um marco na história da reabilitação do centro histórico.

ABREVIATURAS

- GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana
 CMP- Câmara Municipal do Porto
 ADP – Arquivo Distrital do Porto
 AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto
 BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

NOTAS

- 1- Pesquisas arqueológicas efectuadas no local chamado do Outeirinho, no extremo poente da rua, revelaram que não existiu aí nenhum tipo de ocupação habitacional anterior à construção do muro, mas desvendou estruturas talhadas numa plataforma artificial rochosa, que poderiam servir para a amarração de navios. OSÓRIO, Maria Isabel Noronha Pinto e TEIXEIRA, Filipe Fernando da Silva - *Relatório da Intervenção arqueológica na casa n.º 1 da rua do Outeirinho*, exmepilar policopiado, Porto, GAU, 1993.
- 2 - «*Verações*» *Anos de 1401-1449*, Documentos e Memórias para a História do Porto-XL, CMP, 1980, p. 44.
- 3 - *Idem*, p. 44: «postigo de so as cassas de vasco pirez tabaliom».
- 4 - Estevão Lourenço era cunhado de Vasco Pires, casado com Maria Pires, estes por sua vez irmãos do mercador João Pires Barba e Meia. João Pires Barba e Meia fez testamento em 24 de Agosto de 1416 (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 70, *Tomo VII das Capelas e Legados*, fls 413- 417^v). Em 10 de Março de 1418, Guiomar Gil de Outiz emprazou uma casa na rua, e refere-se que esta partia de «huma parte com cazas em que mora Estevão Lourenço» (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 72, *Tomo VIII das Capelas e Legados*, fls 41 e seguintes). Estevão Lourenço fez testamento em 15 de Dezembro de 1439 (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 67, *Tomo IV das Capelas e Legados*, fls 318 e seguintes). Um outro Estevão Lourenço, talvez seu filho, habitou na rua, na mesma casa, sendo referido o alpendre que está no Cais «so as cassas de Stevão Loureço» (AHMP, Cofre dos Bens do Concelho, n.º 912, *Livro 1*, ano de 1450-1451, fls 10).
- 5 - «*Verações*», *anos de 1390-1395*, Documentos e memórias para a História do Porto, II, Porto, CMP, s/d, pp. 24, 26, 29, 185, 189
- 6 - Surge como tesoureiro em 1401, Novembro 5 («*Verações*» *anos de 1401-1449*..., p. 50); em 1402, Janeiro 23, surge indicado como tesoureiro da Moeda ou «tesoureiro d'el Rey» (*idem*, p. 83). Surge pela última vez em 1403, Junho 2 (*idem*, p. 183). Em 1402, Fevereiro 3, refere-se o Postigo «de su as casas de gonçalo martjnz» (*idem*, p. 99).
- 7 - AFONSO, José Ferrão - *A construção de um novo centro cívico: notas para a história da rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV*, separata da revista Museu, IV série, n.º 9, Porto, 2000, p.27, nota 27
- 8 - *Idem*, *Ibidem*. A torre teve, depois de Álvaro Gonçalves da Maia, muitos outros proprietários, alguns dos quais é possível revelar: ainda no século XV a Fernão Gonçalves, filho de Álvaro Gonçalves, foi do comendador de Tabuado no início de Quinhentos: «Item ao Postigo d'Alvaro Gonçalvez tem a cidade huma estrebaria que traz o comendador de Tavoado desta cidade de que paga duzentos e noventa e seys reais...» (AHMP, Cofre dos Bens do Concelho, n.º 913, *Livro 2*, 1509-1510, fls 224). Depois foi de André Afonso de Gaia: «Item ao postigo d'Alvaro Gonçalvez da Maia detras da Orivesaria estam humas casas grandes estrebarias que vam sobre o muro que trazia o comendador e ora as traz Andre Afonso de Gaia de que paga a cidade cada hum ano dozentos e noventa e seis reais...» (*Idem*, n.º 914, *Livro 3*, 1533, fls 212). Em 1558 era de Brás Pereira e Gonçalo Baião: «...Bras Pereira e Gonçalo Baião paguão pelas torres que foram de Andre Afonso...» (*Idem*, n.º 915, *Livro 4*, 1558, fls 185^v). Em 1572 metade da casa-torre foi vendida por Francisco Baião e pelo Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria (por ter sido deixada ao mosteiro por Ana de Magalhães, que aí professara), ao ourives Melchior Moreira. A torre tinha então dois sobrados voltados para a rua da Ourivesaria, três para a muralha (A.D.P., Fundo Notarial, Pol, 3ª série, *Livro 42*, 1572, Junho 16, fls 1 e seguintes). Em 25 de Dezembro de 1663 é vinculada a uma capela de S. Francisco instituída por Manuel da Rocha Barbosa, de que foram administradores sua irmã D. Justina Teixeira, casada com o capitão Constantino Moreira; depois D. Luísa Moreira Teixeira, irmã da antecedente; depois Inês Monteiro Moreira, filha da antecedente; depois Manuel Eleutério Monteiro Moreira Salazar, filho da antecedente; depois D. António Moreira, irmão do antecedente, etc., sendo seu último proprietário o morgado da Azenha, em Guimarães (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 68, *Tomo V das Capelas e Legados*, fls 1 e seguintes).
- 9 - Expropriada para a abertura da rua Nova da Alfândega em 1870, sendo então seu proprietário o conde da Azenha. Tinha o n.º de polícia 4 a 6 da então rua de S. Nicolau, antiga Ourivesaria (AHMP, n.º 5447, *Livro 35 de Expropriações Rua da Nova Alfândega*, fls 423).
- 10 - Gravura publicada em *Portugal Old and New*, de Oswald Crawford, Londres, 1880 e reproduzida no catálogo da exposição *O Porto e a Europa do Renascimento*, Porto, Casa do Infante, 1993, p. 159.
- 11 - Publicada por VALENTE, Vasco - *Em redor de um problema herádico*, Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 8, 1945, p. 215.
- 12 - REIS, Henrique Duarte e Sousa - *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto. vol I*. Manuscritos Inéditos da Biblioteca Municipal do Porto, n.º 4, Porto, BPMP, 1984, pp. 94-95.
- 13 - Sousa Reis afirma que o edifício pertencia em 1865, data do 1º volume dos *Apontamentos*..., à família Wanzeller e que a torre anterior «fica a para da de Wan Zeller e pelo Poente». É possível, portanto, que as torres fossem contíguas (REIS, Henrique Duarte e Sousa, obra citada, p. 95).

- 14 - Não era só esta abertura que a torre tinha voltada para esse espaço. Em 19 de Março de 1879, Juliana Wanzeller era proprietária da torre e pede autorização à Câmara para abrir uma das «portas tapadas a tijolo» que ela tinha voltada para poente e para a rua Nova da Alfândega. Nessa data, portanto, a torre que fora de Álvaro Gonçalves da Maia já tinha sido demolida (AHMP, *Livro 67 de Plantas de Casas*, fls 391-392)
- 15 - Sobre Leonarda de Figueiroa: ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 68, *Tomo V das Capelas e Legados*, fls 265 e seguintes. Anteriormente, não se conhecem os proprietários da torre, embora se possam levantar uma hipótese: a de a torre ter sido originalmente de Vasco Salvadores e sua mulher Maria Lourença, instituidores de um legado em S. Francisco, a que vincularam a sua casa na rua da Reboleira (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 63, *Livro I das Capelas e Legados*, fls 103 e seguintes). Vasco Salvadores esteve presente em várias sessões da Câmara como homem-bom entre 1392 e 1432 (*Verações 1390-1395*, p.121, e *Verações 1401-1449*, pp. 24, 34, 39, 40, 42, 43, 44, 46 a 55, 58, 60, 62, 63, 67 a 70, 72 a 74, 78 a 82, 105, 107 a 116, 119 a 124, 129 a 133). Em 1401, 17 de Setembro, indica-se que tinha a chave do vizinho postigo de Martim Pereira (Idem, p. 44). A casa de Vasco Salvadores confrontava pela traseira com a rua do Outeiro e, na documentação do legado atrás referido, indica-se que, em 1513, pertencia a Vasco Carneiro, o Moço. No início do século XVII era de Ana Carneiro, filha de Vitória Carneiro e Luis de Valadares. A ligação, sempre aventureira, dada a nem sempre precisa genealogia portuense e as constantes mudanças de proprietário, pode-se fazer por aí: Vitória Carneiro é filha de Isabel Carneiro, por sua vez filha do Vasco Carneiro mencionado atrás. Ana Carneiro deixou-a por testamento, datado de 6 de Julho de 1611, a sua sobrinha Susana Carneiro, mulher de Bernardo Pereira, que a vendeu a Ana Mendes e seu marido Diogo Mendes em 20 de Dezembro de 1611. Depois, Ana Mendes, já viúva, vendeu-a em 1632, Março 30, a Maria Ana Correia e ao seu marido, o irlandês Nicolau Comfarte, ou Comforte (ADP, Fundo Notarial, Po2, 1ª série, *livro 83*, fls 174-179) que por sua vez a venderiam, em 1643, a Antão Gonçalves (ADP, Fundo Notarial, Po1, 3ª série, *livro 178*, 1643, Janeiro 29, s/n fls). Antão Gonçalves foi pai do deão da Sé João Freire Antão, que herdou a torre. Por escambo com o abade António do Couto, feito em 18 de Maio de 1693, o deão cedeu a este uma pensão de 8.500 reais imposto na casa da Reboleira, e, em contrapartida o abade cedeu-lhe a sua casa da rua do Redemoinho, para que o deão pudesse inclui-la na reedificação que fazia da sua habitação situada na mesma rua (ADP, Fundo Monástico, n.º 2468, Convento de S. João Novo, *Legados*, fls 285 e seguintes). Posteriormente, os Livros das Capelas de S. Francisco indica-nos os diversos administradores do legado: D Micaela Antónia Freire, sobrinha de João Antão e viúva de António de Távora de Noronha e Leme; D Jerónimo de Távora e Noronha, deão, da Sé e filho dos antecedentes, etc. (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 63, *Tomo V das Capelas e Legados*, fls 265 e seguintes)
- 16 - AHMP, MNL 13, B-586
- 17 - Juliana Wanzeller também fez obras na zona posterior da casa em 1879 (AHMP, *Livro 67 de Plantas de Casas*, 1879, Março 13, fls 346-347)
- 18 - As habitações da rua da Reboleira são um caso no Porto pré-liberal: na sua grande maioria eram «herdade dizimo a Deus» de particulares, isto é não eram propriedade fundiária de nenhuma instituição, fosse ela o Bispo, o Cabido, a Coroa, ou o Concelho, embora estivessem, na sua maior parte, hipotecadas a capelas, ou legados, sediados sobretudo no vizinho convento de S. Francisco. Na zona do Outeiro, porém, a situação foi diversa; aí, as habitações eram propriedade do Concelho e o seu número vai aumentar a partir do século XVI. A progressiva desadequação da muralha às funções militares pode ter causado isso: o Concelho permitiu então a construção de casas numa zona em que, na Idade Média e por razões de estratégia militar, isso era proibido.
- 19 - ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 71, *Tomo VIII das Capelas e Legados*, testamento datado de 23 de Março de 1568, fls 419 vº-425
- 20 - ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, rolo n.º 71, *Tomo VIII das Capelas e Legados*, fls 350 e seguintes.
- 21 - Sobre Pedrossesem, que foi um dos homens mais influentes no surto do comércio do vinho do Porto, a sua descendência, a sua casa na rua da Reboleira e a sua actividade comercial ver o artigo de Vasco Valente citado atrás e ainda VITERBO, Sousa - *O Pedro Sem*, O Tripeiro, Porto, I(24), 1909, p.21 e BASTO, Artur de Magalhães, Idem, 5, Vª série, p.129. Pedrossesem era casado com Luísa Piper, filha de Arnaud Piper e Maria Henriques (ver documentação referida na nota 20). O seu filho, Vicente Perossem da Siva viria a ser cavaleiro fidalgo da Casa Real, seguindo assim a antiga tradição portuense do nobre mercador.
- 22 - ADP, Fundo Notarial Po 4, 1ª série, *livro n.º 76 A*, 1688, Setembro 15, fls 23-24. Referido por FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *Toponímia Portuense*, Matosinhos, 1999, p.295.
- 23 - No século XVI, entre 1569 e 1571, indica-se que a torre de João de Figueiroa ficava na rua da Reboleira, frente a uma casa situada do lado sul da artéria (ADP, Fundo Monástico, n.º 4326, Convento de S. Domingos, *Livro das Capelas*, fls 146).
- 24 - Ver nota 18. A investigação arqueológica feita em 1993 revelou a construção de uma casa, junto desta, mais avançada sobre a muralha, que dataria dos séculos XVII a XVIII (ver nota 1)
- 25 - As casas foram demolidas ainda no século XIX, como indica Sousa Reis, desimpedindo o acesso à muralha (REIS, Henrique Duarte e Sousa, obra citada, p.94).

A CASA DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX

Mª Leonor Botelho¹

A Casa do Cabido da Sé do Porto foi construída, entre 1717-1726, no sítio que se achou mais acomodado em recio q. era do publico no terreiro da mesma Sé, junto de hum ângulo do claustro della, e da torre chamada do Relógio², estendendo-se até perto do Paço Episcopal (Fig.1).

Devemos a Flávio Gonçalves um desenvolvido estudo relativamente à construção deste edifício³. A Casa do Cabido já tinha sido programada em 1709. Os Cônegos pretendiam substituir uma outra, mais antiga⁴, cujas instalações se mostravam acanhadas e em mau estado de conservação: o telhado recebia tantas agoas, que foy pondo em total ruína, e sobre ella em sy ser humida e de sorte q. cauzou muito damno aos papeis do Archivio⁵. Desde Setembro de 1708 que a Sé estava vaga, devido à morte do Bispo do Porto, D. Fr. José de Santa Maria Saldanha (1697-1708) – estando à frente dos destinos da Diocese, o Cabido procurou logo responder à sua necessidade, e vontade, de ter umas novas instalações, mais amplas e mais ricas. Apesar de se terem elaborado então duas escrituras com os mestres pedreiros e com os mestres carpinteiros⁶, a conjuntura não foi favorável à sua construção: muito provavelmente o novo Bispo do Porto, D. Tomás de Almeida (1709-1717), interveio para que a obra não fosse avante⁷. Só com a sua nomeação para primeiro Patriarca de Lisboa é que o Cabido pode dar corpo ao seu projecto: a Sé ficou novamente vaga e os Cônegos passaram a controlar os destinos e as rendas da Diocese.

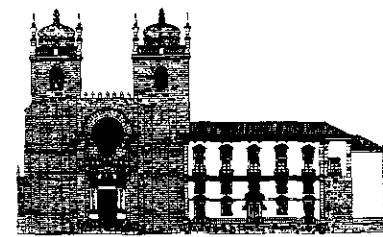


Fig.1 : Sé Catedral do Porto (e Casa do Cabido). Fachada principal depois das obras de Restauro da DGEMN. In Boletim da DGEMN – Sé Catedral do Porto..., Fig.11.

IMAGEM DA CAPA

Paulo Catrica

Schouwensdijk, Zuid Polder Rotterdam,
4.03.2001.NC 27

ILUSTRAÇÃO DA CONTRA-CAPA
In SP'00

AGRADECIMENTOS

Adriana Freire, Alberto Lage, Amândio Guimarães,
André Macedo, André Tavares, Catarina Portas,
Delfino Sardo, Elise Santos, Gisela Leal,
Márcia Ramos, Nuno Faria,
Paulo Cunha e Silva, Pedro Bernardo,
Susana Medina, Telma Costa.

Índice #0.3 e #0.4 — Paisagem

(editorial)

[8]

(entrevistas)

Paisagens Urbanas, Nuno Portas

[10]

Entre Vistas, Paulo Catrica

[20]

(paisagem)

«*Cliché-verre*»: *Imagem da Paisagem e do Desenho*, Vitor da Silva

[36]

Istambul: a Cidade como Paraíso, Deniz Calis

[50]

Urban Sprawl Mediterraneo: Vestidos para Sonrir, Francesc Muñoz

[58]

Cidades Sobre-Expostas, Xavier Costa

[66]

Novas Ficções da Paisagem, Ricardo Matos Cabo

[72]

Uma Arcada em Luton, Stephen Bann

[80]

(ensaios)

Rebados, Georges Teyssot

[94]

O Homem que Caminhava na Cor, Georges Didi-Huberman

[136]

(projectos)

Manifesto Aberto, Maria Nordman

[152]

Liturgia do Averso, Bernardo Rodrigues

[158]

(acções caseiras)

Jantar Nasoni, José Ferrão e Carmelo Chiaramonte

[164]

Verdura di Papá, Carmelo Chiaramonte

[170]

Do Diário de um Construtor de Modelos, Robert Van Ruysevelt

[174]

(Muro, 2002)

Francisco Tropa

Tal como a arte, a arquitectura e a música, a cozinha do séc. XVII italiano assinalou um novo modo de se relacionar com o gosto. Do petisco simples e gorduroso da idade medieval chega-se ao prato confeccionado com passagens complexas, diferentes cozaduras e apresentação em grandes e aparatosas baixelas de prata. O primeiro grande chefe Europeu, naquele tempo, foi Auguste Escoffier, que na corte do Rei Sol criou maravilhas de arquitectura culinária. Foi a partir desta altura que as famílias fidalgas começam a entusiasmar-se e a interessar-se profundamente pela mesa suculenta. A Sicília é sul, e ao sul, sabe-se, as coisas chegam lentamente. Assim o barroco arquitectónico chegou no séc. XVIII e também neste período, novas contaminações do gosto nas mesas dos nobres sicilianos, sobretudo de influência francesa e espanhola. Não é por acaso que ainda hoje há quem chame o cozinheiro por MONSÙ ou CUCINIÈRE.

Chega a cozinha estruturada, o prato de sabores infinitos, por vezes arrogante ao paladar, mas mais frequentemente surpreendente. Assim nasceu o TIMBALLO (invólucro de massa de pão recheado de massa condimentada com toda a espécie de alimentos), as tortas (Gattò), as empadas (Empanadas) recheadas de peixe ou de carne. A cozinha Barroca Siciliana torna-se alimento de luxo. No entanto, os cozinheiros tinham que trabalhar

Em 1758, Francisco Mateus Xavier de Carvalho descreveu a quinta da Prelada, estando nessa altura já a sua casa iniciada com risco de Nazoni Pintor Italiano que vive na Cidade do Porto. A propriedade era mais antiga, e no séc. XVI pertencia aos Pessoas, moradores na Rua das Flores. D. Maria Pessoa de Vasconcelos viria a casar com D. Bartolomeu Martins de Noronha, passando assim a quinta para a posse dos Noronhas. Em 1904, D. Francisco de Noronha MENESES Portugal deixou-a à sua actual proprietária, a Misericórdia do Porto.

A casa da Rua das Flores pertencia, em 1747, ao arcebispo da Sé do Porto D. Manuel de Noronha e MENESES, que foi padrinho de vários filhos de Nicolau Nazoni. É possível que tivesse sido ele a encomendar o projecto da quinta ao arquitecto italiano. Mas a actual casa deve ter sucedido a uma mais antiga, pois o portão, com excepção da pedra de armas, não é obra de Nazoni. Ainda maneirista, é similar a pórticos existentes em S. Francisco e no convento de Santa Clara, devendo datar da segunda metade de Seiscentos. A existência de quintas de veraneio nos arredores do Porto, pertença da elite cidadina, à referida já no séc. XVI, mas seria Nazoni que as celebrizaria através de uma notável série de projectos executados no Freixo, em Ramalde, na quinta do Chantre. O seu plano para a casa da Prelada não foi concluído, tendo sido levantada apenas uma fracção; a habitação proposta era de planta rectangular, com torres de ângulo, à semelhança da Villa de Poggio Reale em Nápoles, de Giuliano de Maiano, (1489) e do nazoniano Palácio do Freixo. Os requintes decorativos, a enorme dimensão do projecto inicial, que pressupunham elevados custos, terão levado ao seu abandono, e a ala mais baixa à direita da fachada principal é posterior a 1833, obra revivalista levantada no mesmo estilo barroco do restante edifício. Os projectos de Nazoni para as quintas nos arredores do Porto mostram uma integração entre habitações e jardins que é devedora dos conceitos espaciais barrocos, mas

foi na Prelada que essa sistematização, realizada através do traçado rectilíneo de grandes eixos perspectivos, adquiriu maior expressão e monumentalidade. O principal eixo iniciava-se, na zona anterior à casa, através de uma avenida com 214 metros e prosseguia, ultrapassada aquela, com uma espectacular alameda de 400 metros de comprimento que terminava no lago em que se ergue a torre neo-medieval.

O traçado da VCI, cortando a propriedade a meio, destruiu uma das mais impressionantes realizações da arquitectura paisagista portuguesa.

Os atentados à quinta, devido à pressão urbana, eram anteriores: metade do seu perímetro, na área frente à habitação, foi alienada: os dois obeliscos que, no Carvalhido, marcavam a sua entrada tiveram que ser retirados e colocados no Passeio Alegre, a avenida que conduzia ao semicírculo em que se abre o portão desapareceu, bem assim como muita da escultura do jardim. No início dos anos 80, planeou-se a instalação na propriedade da Feira Popular, felizmente não concretizada. Um estudo do gabinete de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto, assinado pela arquitecta paisagista Teresa Andresen e datado de 1984, questiona o traçado então ainda em projecto da VCI, pelas consequências devastadoras que traria para a quinta. Do projecto fazia ainda parte uma via no sentido norte-sul, paralelo ao traçado do grande eixo do jardim, e dela foi apenas construída a ponte sobre a via rápida, que perdura como um monumento ao totalitarismo funcionalista. No jardim da Prelada existe um labirinto de buxo que fazia parte do projecto inicial. Toda a arquitectura ocidental, segundo a mitologia grega, descende de Dédalo, construtor do labirinto de Creta e primeiro arquitecto. O labirinto, símbolo do pensamento, é também um monumento, mas à vida; a cultura urbana moderna, segundo Henri Gaudin, encontrou a sua forma nos cemitérios.

José Ferrão Afonso, Historiador

intensamente, para conseguir realizar as complexas tratadas.

A CAPONATA por exemplo, era preparada pelo camponês apenas com tomate, cebola e alcaparra, mas o Monsù acrescentava-lhe mais 15 verduras, todas — atenção — fritas individualmente, depois do que ainda fritava peixes de toda a espécie, cobrindo todo o prato de açúcar caramelizado, vinagre velho, menta e chocolate amargo. Usualmente nos lugares de mar, acrescentavam-se belas lagostas, ou se o nobre vivesse na colina remediava-se com ovos cozidos, alcaparras, oregãos e carne de cordeiro ou de porco.

Uma coisa insustentável? Extravagante? De mau gosto? ou Barroca? Todas estas coisas e mais ainda. Como cozinheiro posso dizer-vos que nada se assemelha mais às diversas populações do que aquilo que comem. Por exemplo a CAPONATA, prato complexo, com bastante azeite, amargo, acre, doce, salgado, como poucas coisas no mundo pode descrever a vida siciliana e as contradições humanas. Todavia, se o Monsù ou o Cuciniere conhece o seu ofício, sabe transformá-lo num prato suspenso num equilíbrio perfeito. O mesmo acontece observando os palácios e igrejas do VALE DE NOTO. Monumentos onde os bordados de pedra são de tal maneira excessivos, elaborados, exagerados, ao ponto de criarem por fim um equilíbrio surpreendente de comer, só com o olhar.

Carmelo Chiaramonte, Cozinheiro